

Resenha

A questão regional no Livro Verde da Sociedade da Informação no Brasil

César Bolaño

Em 1998, o Comitê Gestor da Internet no Brasil propôs o desenvolvimento de um projeto de Ciência e Tecnologia para a construção da Sociedade da Informação no país. Em dezembro daquele mesmo ano, o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia aprova a iniciativa, propondo ações para o Plano Plurianual (PPA) para o período 2000-2003. Em maio de 1999, por convite do Ministério da Ciência e Tecnologia, começa a reunir-se em Brasília um grupo para pensar o programa brasileiro de Sociedade da Informação, que tinha a missão de traduzir em projetos concretos as recomendações do Conselho para o PPA. O grupo propôs ao MCT que o planejamento e decolagem do programa fosse feito em três etapas: uma de “estudos preliminares”, conduzindo ao lançamento formal do mesmo, o que foi feito em dezembro de 1999, outra na qual se redigiria, com a participação de 300 pessoas - 150 atuando em um entre doze “grupos temáticos” -, um Livro Verde da Sociedade da Informação no Brasil, concluído neste mês de agosto de 2000, e uma terceira, inaugurada agora, em que uma série de debates públicos antecederia a redação de um Livro Branco, base definitiva para o planejamento da implantação da SI no país.

Entre os méritos do Livro Verde, está o de, talvez pela primeira vez na história recente das políticas de comunicação no Brasil, ter posto o tema dos conteúdos, da diversidade cultural e da problemática regional de forma explícita em um documento amplo, para debate público, a fim de se definir uma política nacional de longo alcance. Na verdade, as negociações em torno dessa política começam agora e será muito interessante, ao longo do segundo semestre, acompanhar o debate. O Observatório de Comunicação, ligado ao Núcleo de Pesquisa e Pós-graduação da Universidade Federal de Sergipe (NUPEC/UFS) estará empenhado no acompanhamento desse debate e esperamos, no próximo número da revista Eptic On Line, trazer uma análise mais ampla. Nesta resenha, limito-me a descrever a estrutura geral do livro e, em seguida, centrar a discussão nos assuntos ligados ao tema central proposto para este número.

A estrutura do Livro Verde

No capítulo I, “A sociedade da informação”, falando do desenvolvimento, em nível global, do novo paradigma técnico-econômico decorrente do uso generalizado das tecnologias da informação e da comunicação, os autores do Livro apontam que *“os países e blocos políticos, desde meados da década de 90, defrontam-se com as oportunidades e os riscos que cercam o futuro e, reconhecendo a importância estratégica da sociedade da informação, vêm tomando iniciativas para assegurar que essa nova era venha em seu benefício”*. Mais especificamente, o programa brasileiro buscaria contribuir efetivamente para *“a construção de uma sociedade mais justa, em que sejam observados princípios e metas relativos à preservação de nossa identidade cultural, fundada na riqueza da diversidade; a sustentabilidade de um padrão de desenvolvimento que respeite as diferenças e busque o equilíbrio regional; e a efetiva participação social, sustentáculo da democracia política”* (p. 4).

Comparado com outros países da América Latina, o Brasil disporia das condições necessárias para o desenvolvimento de um programa amplo de SI: disseminação da internet, organização do sistema de telecomunicações e da agência de regulação, base tecnológica instalada e recursos humanos qualificados. Esses fatores permitiriam ao programa brasileiro contribuir para *“resgatar a sua dívida social, alavancar o desenvolvimento e manter uma posição de competitividade econômica no cenário internacional”* (idem). Fixados esses princípios, passa-se a apresentar as oportunidades e riscos inerentes ao desenvolvimento da SI, em direção à qual, “voluntária ou involuntariamente”, todos os países caminham. Treze temas são propostos: (1) comércio eletrônico, (2) PME, (3) trabalho, (4) universalização do acesso, (5) educação, (6) valorização de conteúdos e identidade cultural, (7) governo, (8) marco regulatório, (9) pesquisa e desenvolvimento, (10) desenvolvimento sustentável, (11) infra-estrutura, (12) integração regional e (13) cooperação latino-americana.

Os três primeiros temas serão objeto do capítulo segundo – “Mercado, Trabalho e Oportunidades” -, o quarto, do capítulo terceiro – “Universalização de Serviços para a Cidadania” -, o quinto do quarto – “Educação na Sociedade da Informação” -, o sexto, do quinto – “Conteúdos e Identidade Cultural” -, o sétimo, do sexto – “Governo ao Alcance de

Todos” -, o nono, do sétimo – “P&D, Tecnologias chave e Aplicações” e o décimo primeiro, do oitavo – “Infraestrutura avançada e Novos Serviços”. Cada um desses sete temas, contemplados em um dos sete capítulos citados, compõe uma das grandes linhas de ação propostas ao final do capítulo primeiro, onde se detalha a estrutura organizacional do programa.

O Livro traz ainda quatro capítulos anexos - “Evolução das Iniciativas rumo à Sociedade da Informação no Mundo”, “Indicadores de Acompanhamento”, “Informática e Telecomunicações no Brasil” e “A Internet” -, além de bibliografia, glossário e lista de siglas, acrônimos e similares.

O oitavo tema citado no parágrafo anterior, é contemplado em cada um dos sete capítulos do Livro, todos eles divididos nos seguintes itens: (1) do que se trata, (2) onde estamos, (3) onde queremos chegar e (4) o que fazer. Este último item, por sua vez, é sempre dividido em três sub-itens: quadro jurídico, ações estruturadoras e outras ações.

Os temas 10, 12 e 13 citados acima não são tratados em nenhum capítulo específico, mas são preocupações gerais que permeiam todo o livro, segundo a concepção original dos seus formuladores. No que segue, tratarei especificamente destes dois últimos pontos.

A questão regional

No primeiro capítulo do livro, a problemática regional é citada no tópico sobre universalização do acesso, nos seguintes termos:

“O maior acesso à informação poderá conduzir a sociedades a relações sociais mais democráticas, mas também poderá gerar uma nova lógica de exclusão, acentuando as desigualdades e exclusões já existentes, tanto entre sociedades como, no interior de cada uma, entre setores e regiões de maior e menor renda. No novo paradigma, a universalização dos serviços de informação e comunicação é condição necessária, ainda que não suficiente, para a inserção dos indivíduos como cidadãos” (p. 6).

Mais adiante, num pequeno tópico intitulado “desenvolvimento e integração: valorizando vocações e potencialidades regionais”, afirma-se:

“Em um mundo em que conhecimento, informação, criatividade e inovação são fatores de riqueza, a diversidade cultural é para ser reconhecida e explorada como fator de vantagem competitiva. Na base do desenvolvimento equilibrado do país, portanto, deve estar a consecução de ações locais, orientadas para o aproveitamento das diversidades e especificidades de cada região” (p. 8).

Em um documento do Grupo Temático Regionalização e Integração (GT-Reg), a questão da diversidade é colocada – no interior da discussão sobre universalização, em que se defende a necessidade de imprimir-lhe um caráter ativo, permanente e evolutivo - nos seguintes termos:

“A diversidade e as especificidades culturais podem ser fonte de criatividade e de inovação fundamentais para a competitividade das regiões numa sociedade em que o conhecimento é fator estratégico para o desenvolvimento. Nesse sentido, três princípios devem ser respeitados no que se refere à questão chave dos conteúdos: (a) garantia de uma oferta que represente amplamente a diversidade social e regional do país; (b) garantia de acesso ao sistema de todos os cidadão e grupos interessados em expressar seus valores e sua cultura; c) garantia de liberdade de escolha dos cidadãos, o que implica o acesso de todos a qualquer tipo de informação. Vale ressaltar que o acesso gratuito da sociedade civil aos canais mais vocacionados para a produção local é importante, mas insuficiente. A diversidade exige uma política de capacitação, incitação e fomento para os produtores independentes e as comunidades locais, aos quais, por outro lado, deve-se garantir os espaços mais amplos e nobres de difusão” (GT Regionalização Contribuição ao tema da Universalização dos Serviços, SocInfo/MCT, 2000, p. 3, mimeo.).

Aí estão as linhas gerais de uma proposta de política centrada na questão dos conteúdos e da diversidade cultural, evidenciando que as convergências tecnológica e econômica, para serem enfrentadas nos termos propostos nos trechos citados do Livro Verde, devem ser atacadas também pela via de uma estratégia de “convergência legislativa”, ou, melhor, pela construção de um novo modelo de regulação das comunicações em sentido amplo. O Livro Verde e o debate que ele propõe apontam, de fato, para essa possibilidade, mas o capítulo sobre “conteúdos e identidade cultural” fica muito aquém disso.

Na verdade, o capítulo privilegia o aspecto nacional da identidade, pouco falando sobre a diversidade cultural e a problemática regional. Um parágrafo é dedicado aos “aspectos de regionalização”:

“Por outro lado, a maior parte dos conteúdos nacionais são produzidos nas grandes cidades e nas corporações localizadas no Centro-Sul do país, o que remete para a necessidade de se incentivar a produção de conteúdos que expressem a cultura das diversas regiões, bem como daqueles grupos que se identificam por áreas de interesse profissional, de negócios, de lazer, de hobby e até mesmo de caráter contestatório e de contracultura” (p. 54).

Em outro trecho, o texto fala na “urgência de se intensificar a produção e difusão de conteúdos que espelhem não só nossa identidade cultural, mas também a rica diversidade de aspectos culturais que constroem essa unidade multifacetada” (p. 52). Mas a ênfase é posta no que os autores chamam de “identidades secundárias” – por oposição à “identidade primária em vigor no país, representada pela língua natural aqui usada e que no caso do Brasil é de fato considerada uma” -, que incluem “regionalismos e grupos de preferência de diversa natureza”, minorias étnicas, religiosas, “grupos de defesa da condição feminina ou da ecologia” etc. A concepção toda é bastante discutível, mas não há espaço aqui para entrar no debate.

O importante a registrar é que o capítulo claramente subestima o poder dos grande oligopólios e dos setores hegemônicos na produção cultural e não fala sequer na tendência de entrada de grandes capitais estrangeiros e das indústrias culturais tradicionais do país, como é notoriamente o caso da Rede Globo ou da Folha de São Paulo, para citar dois casos flagrantes, tendendo a concentrar a produção de conteúdos de acordo, exatamente, com as mesmas linhas de concentração econômica, regional e outras vigentes. Ora, essa é uma questão absolutamente crucial para se pensar a regulação do setor. Sem isso, as recomendações a respeito do quadro jurídico limitam-se à questão dos direitos autorais de publicações eletrônicas, do estabelecimento de normas técnicas para o tratamento dos conteúdos e a uma legislação de incentivos “para a digitalização e disponibilização de conteúdos de interesse cultural, a exemplo da Lei Rouanet”, quando o que se deveria fazer é colocar o problema no interior do conjunto do modelo de regulação da comunicação,

atentando para o aspecto central do problema: o da convergência entre audiovisual, telecomunicações e informática.

Relações Internacionais

O Mercosul é visto pelos autores do Livro como “uma importante iniciativa de países latino-americanos”, diante da tendência mundial de formação de blocos e mega-mercados regionais, objetivando

“contribuir para um ambiente de integração e cooperação entre os países membros, permitindo-lhes maior intercâmbio e dinamismo econômico e tecnológico, bem como promover a solidariedade entre os povos da região e o desenvolvimento social e cultural. As novas tecnologias de informação e comunicação são estratégicas nesse esforço, pois constituem um dos elos básicos na quebra das barreiras espaço-temporais, facilitando a comunicação e o intercâmbio regional em todas as áreas de atividades e contribuindo para a intensificação do comércio na região” (p. 8).

Na página anterior, a questão da cooperação internacional é posta no bojo de uma discussão sobre pesquisa e desenvolvimento, de forma particularmente feliz:

“A capacitação para orientar escolhas tecnológicas e para o efetivo domínio de algumas tecnologias-chave requer uma cadeia de investimento e de conhecimento que se traduz numa matriz de competência ampla e diversificada. Para estar apto a acompanhar a rapidez do desenvolvimento da base técnico-produtiva mundial, o país deve ainda manter uma política consistente de investimento em recursos humanos, de modernização da infraestrutura científico-tecnológica de apoio à integração universidade-empresa e de ativa cooperação internacional” (p. 7).

Esses dois trechos localizam bem o problema da necessidade de definição de uma estratégia internacional do Brasil em matéria de comunicação, dando a devida ênfase para a colaboração latino-americana e no interior do Mercosul, em particular. Infelizmente, o Livro também não retoma essa importante questão no capítulo sobre conteúdos, sumariamente analisado acima, apesar da clareza com que coloca, ao apresentar justamente

a questão do marco regulatório, por exemplo, o problema das relações internacionais e a necessidade de uma estratégia nacional:

“Com a lentidão das negociações dos acordos internacionais, estarão se formando novas barreiras entre os países, em função de regulamentações adotadas unilateralmente e do estabelecimento de padrões de fato. Compatibilização de padrões tecnológicos, leis de proteção aos consumidores e autores, regimes de tributação de bens e serviços são alguns dos pontos em negociação que ganham complexidade em função do caráter transterritorial das transações na internet. Nesse contexto, é importante ampliar o debate interno no Brasil, para definir estratégias e interesses próprios e respaldar o encaminhamento dessas questões nos fóruns internacionais” (p. 7).

O trecho aponta, ainda que implicitamente, para a complexidade da questão regulamentar, que envolve, com sabemos, temas próprios das leis da informática e do debate sobre as políticas industrial e de desenvolvimento, das leis de incentivo à cultura, dos direitos autorais etc., tudo isso numa situação em que a expansão da internet e do projeto global de Sociedade da Informação favorece os países de maior peso no cenário internacional. Ademais, os autores reconhecem a importância do debate interno para criar um consenso em relação aos interesses nacionais, visando a negociação internacional em torno da regulamentação do setor. A própria existência do Livro Verde segue essa lógica e abre a possibilidade de ação da sociedade civil e dos diferentes atores interessados em pressionar por avanços efetivos no modelo brasileiro de regulação das comunicações.